

A ILMA. SENHORA VANESSA SENA TORRES CHEFE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA- COREN/RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00246.001216/2024-95

ANJOS E SILVA LTDA, sob o CNPJ nº 11.862.905/0001-97, nome fantasia Accordes Hotel Ltda-ME, com sede na BR-364, no Bairro Aeroclube, CEP: 76.811-738, na Cidade de Porto Velho/RO, neste ato representada pela sua Sócia Administradora Srª Simone Cléia da Silva Moreira dos Anjos, vem a presença de Vossa Senhoria apresentar seu:

RECURSOS HIERÁRQUICO COM EFEITO SUSPENSIVO

Em face da decisão equivocada da pregoeira referida no âmbito do certame em epígrafe, que declarou como HABILITADA a empresa ITS CERIMONIAIS E EVENTOS sob o CNPJ nº 28.700.832/0001-30, com os vícios presentes, conforme demonstraremos ao longo desta exordial.

I. PRELIMINARMENTE DA TEMPESTIVIDADE

De pronto, denote que o recurso ora em tela está dentro do prazo prescricional estabelecido dentro do pregão eletrônico, qual seja a data limite de 04/10/2024.

Deste modo, solicitamos de pronto, que seja dado o efeito DEVOLUTIVO da presente ação, e posteriormente que Vossa Senhoria conceda o efeito SUSPENSIVO, com a finalidade de analisar os documentos e provas apresentados.

II. DOS FATOS OCORRIDOS

Em primeira análise, é notório que o COREN/RO abriu o certame para contratação de de prestação de serviços de locação de espaço fí sico, infraestrutura, transporte, alimentação e material institucional por empresa especializada, para realização do III



ENATEN. O evento será realizado no período de 25 á 27 de setembro de 2024, na cidade de Porto Velho, no Estado de Rondônia.

O presente recurso busca combater a fatídicia decisão da comissão pregoeira em aceitar como oferta mais vantajosa a empresa ITS CERIMONIAIS E EVENTOS, tendo em vista que a mesma não possui sede na Cidade de Porto Velho, trata-se de uma empresa com sede em Ji-Paraná/RO, mais de 300km da capital.

Ainda que o edital permita a subcontratação, é importante destacar que a administração deve avaliar se essa prática é compatível com a garantia de execução direta e com a responsabilidade contratual da licitante principal, o que, no presente caso, não foi devidamente demonstrado.

Conforme consta na documentação da empresa, a mesma apresentou proposta ajustada, na qual alega ter realizado a subcontratação do hotel L'Accordes, conforme a imagem abaixo, no item 1:

PROPOSTA AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO **UASG 926262 - N° 90008/2024 - CONSELHO REGIONAL DE**ENFERMAGEM - RO

DATA: 11/09/2024

CNPJ: 28.700.832/0001-30

RAZÃO SOCIAL: ITS CERIMONIAIS E EVENTOS ENDEREÇO: AV 6 DE MAIO, N 2061 CASA PRETA

TELEFONE: 69 9 9329-4413

E-MAIL PRINCIPAL: line:155.40m@outlook.com

GRUPO 1

Nº DO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR	VALOR
ITEM				UNITÁRIO	TOTAL
1	ESPAÇO FÍSICO/AUDITÓRIO LOCAL INDICADO L' ACORDES HOTEL, RUA DA BEIRA N 8250, ELDORADO, PORTO VELHO-RO	3	1	2.450,0000	7.350,0000
2	SALA DE REUNIÃO LOCAL INDICADO L' ACORDES HOTEL, RUA DA BEIRA N 8250, ELDORADO, PORTO VELHO-RO	4	1	630,0000	2.520,0000
3	SALA PARA ALIMENTAÇÃO LOCAL INDICADO L' ACORDES HOTEL, RUA DA BEIRA N 8250, ELDORADO, PORTO VELHO-RO	3	1	2.450,0000	7.350,0000
4	INTERNET	3	1	85,0000	255,0000
5	MESA DE SOM	3	1	245,0000	735,0000
6	CAIXA DE SOM/AMPLIFICADOR	3	2	115,0000	690,0000
7	MICROFONES	3	4	69,0000	828,0000
8	NOTBOOK	3	1	119,0000	357,0000



No entanto, tal alegação carece de veracidade, uma vez que essa subcontratação jamais ocorreu. A proposta apresentada contém informações fraudulentas, pois o Hotel L'Accordes não realiza subcontratações dessa natureza. Quando necessário, qualquer transferência de responsabilidades operacionais ocorre de maneira organizada e formal, por meio de contratos de arrendamento devidamente estabelecidos, sempre com rigorosa observância das normas e diretrizes aplicáveis.

Tendo em vista que em nossas operações optamos sempre pelo compromisso na execução dos nossos contratos, de forma transparente e preferencialmente direta de entrega dos nossos serviços, alegar que houve um acordo conosco de subcontratação é um meio subversivo de buscar aferir vantagem indevida!

Para comprovar tais fatos, temos documentos de arrendamento do Hotel L'Accordes para o Hotel Porto Madeira Eireli-EPP, sob o CNPJ nº 11.862.905/0001-97, com reconhecimento de firma, conforme as imagens abaixo:

ARRENDAMENTO DE IMÓVEL/INFRAESTRUTURA COMERCIAL

Pelo presente instrumento particular de arrendamento de imóvel para fins de exploração da atividade de hotelaria, de um lado, de ora em diante chamados simplesmente de;

ARRENDADOR: ACCORDES HOTEL LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, localizada na BR 364, n° 8250, bairro Aeroclube, CEP 76.811-733, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob n° 11.862.905/00001-97, neste ato representada por sua sócia administradora SIMONE CLEIA MOREIRA DOS ANJOS, brasileira, empresaria, portadora da Leõula de Identidade RG 767111 33F/RO e CPF n° 002.917.242 72, sem endereço comercial de BR 364, n° 8250, bairro Aeroclube, CEP 76.811-733, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

ARRENDATÁRIO: HOTEL PORTO MADEIRA EIRELI — EPP, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Rua Alexandre Guimaraes, n° 3310, bairro Nova Porto Velho, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76.820-090, inscrita no CNPJ sob n° 09.082.304/0001-10, neste ato representada por seu proprietário SILVANO MARCOS DOS ANJOS, brasileiro, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) sob n° 02639686276 DETRAN/RO e CPF n° 422.796.742-20, com endereço comercial na Rua Alexandre Guimaraes, n° 3310, bairro Nova Porto Velho, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76.820-090,

Tem entre si, como justo e contratado o que segue;

- O ARRENDADOR é proprietário do imóvel/infraestrutura localizado na BR 364, nº 8250, bairro Aeroclube, CEP 76.811-733, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.
- A imóvel/infraestrutura é composta pelos seguintes itens:
 - a) 75 (setenta e cinco) apartamentos, mobiliados com 02 (duas) camas box, 01 (um) frigobar e 01 (um) central de ar de 12.000 BTUS.
 - b) 03 (três) salões de eventos, com 450 (quatrocentos e cinquenta) cadeiras, 250 (duzentos e cinquenta) pranchetas de cadeiras, 15 (quinze) centrais de ar 60.000 de BTUS e 20 (vinte) microcomputadores em rede.
 - Restaurante com 20 (vinte) mesas, com 04 (quatro) cadeiras de acrílicos, 05 (cinco) freezer, 05 (cinco) bancadas de inox, 01 (um) fogão e 01 (um) forno.
- O ARRENDADOR cede para o ARRENDATÁRIO um imóvel/infraestrutura localizado na BR 364, n° 8250, bairro Aeroclube, CEP 76.811-733, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, para fins de atividade de hotelaria, eventos e restaurante.
- 4. A área arrendada consiste em um imóvel tendo 75 (setenta e cinco) apartamentos mobiliados com 02 (duas) camas box, 01 (um) frigobar e 01 (um) central de ar de 12.000 BTUS, 03 (três) salões de eventos, com 450 (quatrocentos e cinquenta) cadeiras, 250 (duzentos e cinquenta) pranchetas de cadeiras, 15 (quinze) centrais de ar 60.000 de BTUS e 20 (vinte) microcomputadores em rede, Restaurante com 20 (vinte) mesas, com 04 (quatro) cadeiras de acrilicos, 05 (cinco) freezer, 05 (cinco) bancadas de inox, 01 (um) fogão e 01 (um) forno.





Esses são os métodos pelos quais conduzimos nossas operações; portanto, uma mera alegação desprovida de documentos contratuais comprobatórios evidencia que a empresa não valoriza a veracidade de suas informações, deixando a Administração propensa a uma contratação sem garantias.

A inserção de informações inverídicas em documentos apresentados no processo licitatório constitui grave infração aos princípios que regem as licitações públicas, especialmente o princípio da boa-fé (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e da veracidade documental. Essa conduta caracteriza, em tese, fraude documental, o que pode levar à inabilitação da empresa no certame, conforme previsto no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, que trata da verificação da veracidade das informações prestadas pelos licitantes.

Ainda, o edital do processo licitatório em questão prevê que a empresa vencedora deve apresentar documentação verdadeira e precisa sobre suas condições técnicas e



contratuais para a execução do objeto da licitação. Ao apresentar um documento falso, a empresa violou claramente essas disposições, comprometendo a regularidade do certame.

Destarte, resta evidente que a empresa em questão recorreu a meios inadequados para alcançar sua qualificação no presente certame, não devendo sua habilitação ser mantida. Isso se justifica pela ausência de sede no município de Porto Velho e pela inexistência de um contrato de subcontratação, o qual, ainda que permitido, já suscitaria dúvidas e exigiria diligências específicas conforme previsto no edital. Ademais, a empresa incorreu em grave falta ao prestar informações inverídicas em sua documentação inicial, motivo pelo qual deve ser declarada INABILITADA.

III. DA AFRONTA AO PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS NA SUBCONTRATAÇÃO

Conforme o edital, é permitida a subcontratação de parte dos serviços licitados. No entanto, embora tal previsão seja possível à luz do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, que permite a subcontratação parcial de serviços, essa prática, no contexto específico deste certame, viola princípios fundamentais que regem as licitações públicas, tais como o princípio da competitividade, da isonomia e da economicidade.

A subcontratação, se utilizada de maneira generalizada e sem uma justificativa plausível, pode comprometer a execução direta e eficiente do contrato por parte da empresa licitante, transferindo para terceiros responsabilidades que originalmente seriam da empresa vencedora. Isso fere o princípio da competitividade, pois a proposta inicial da empresa pode ser desproporcionalmente favorecida ao prometer a execução dos serviços por meio de subcontratados, sem a devida demonstração de capacidade técnica.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 11, assegura que a licitação deve observar os princípios da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência. No entanto, a subcontratação proposta visa transferir parte das obrigações a terceiros, colocando em risco a qualidade final dos serviços a serem prestados. A administração pública pode enfrentar dificuldades adicionais para garantir o cumprimento adequado do contrato, visto que a fiscalização direta sobre os subcontratados é mais complexa e pode gerar custos administrativos extras, o que contradiz o princípio da economicidade.

Ainda que o edital permita a subcontratação, é importante destacar que a administração deve avaliar se essa prática é compatível com a garantia de execução direta

Accordes Hotel

e com a responsabilidade contratual da licitante principal, o que, no presente caso, não foi

devidamente demonstrado.

Além disto, é importante sinalizar que a Empresa indicou sua intenção de

subcontratar parte significativa dos serviços, sem uma justificativa sólida que comprove

a vantagem dessa prática em termos de preço, qualidade ou eficiência, além de indicar um

hotel que é participante do certame, como a mesma irá efetivamente receber lucros deste

empreendimento, se a empresa que está licitando já apresentou proposta com valor

superior ao orçado pela empresa Recorrida? Ao utilizar terceiros para a execução do

contrato, a empresa pode reduzir seus custos internos, o que, a princípio, parece

vantajoso, mas na prática pode desvirtuar o processo competitivo.

A Lei nº 14.133/2021 reforça a importância da isonomia nas licitações. Nesse

sentido, a subcontratação em larga escala pode gerar desigualdade entre os licitantes, pois

empresas que optem por realizar a totalidade dos serviços diretamente acabam arcando

com custos e responsabilidades maiores, enquanto empresas que optam pela

subcontratação podem obter vantagens desproporcionais, sem garantir a qualidade

esperada na execução.

Portanto, resta cristalino que a manutenção da habilitação da empresa ITS

Cerimoniais e Eventos acarretaria uma violação séria aos princípios fundamentais que

regem os processos licitatórios, conforme exposto anteriormente. Por essas razões, deve

a mesma ser inabilitada, a fim de preservar a lisura e a equidade do certame.

IV. CONCLUSÃO

Diante das relevantes razões de fato e de direito expostas a seguir, com os devidos

fundamentos anexados, requer-se, por conseguinte, o recebimento, processamento e a

concessão de efeito suspensivo ao presente recurso. Caso não haja a reconsideração da

decisão por parte de Vossa Senhoria, solicita-se que o recurso seja encaminhado à

autoridade superior para apreciação, em conformidade com as disposições da legislação

vigente que regula as licitações públicas.

Nestes termos.

Pede e aguarda o deferimento.

Porto Velho/RO, 04 de outubro de 2024



Accordes Hotel Ltda. CNPJ:11.862.905/0001-97